

---

## *Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonâncias na história*

*An engineer on and of policy:  
projections of himself and resonances on history*

*Cláudia Cristina da Silva Fontineles\**

---

**Resumo:** O presente texto discute em que medida Alberto Tavares Silva – eminente liderança política do Piauí – fez de sua atuação técnica como engenheiro a principal insígnia de sua vida pública, embora tenha sido o cenário político o *locus* de sua projeção na sociedade do estado que governou por dois mandatos (1971-1975 e 1987-1991). O texto analisa em que medida essa forma de autopromoção de si e de suas ações governamentais marcou sua trajetória individual e reverberou no cenário histórico piauiense, uma vez que defendemos que o estudo sobre as ações de um indivíduo só tem relevância se elas forem entendidas articuladas à configuração histórico-social que lhe permitiu se construir e atuar no campo político. Para tanto, a pesquisa recorreu a documentos oficiais, fontes hemerográficas e relatos orais.

**Palavras-chave:** História. Memória. Política. Alberto Tavares Silva.

**Abstract:** The present text discusses how Alberto Tavares Silva – eminent political leadership of Piauí – made of his technical action as engineer the main insignia of his political life, though the political scene had been the *locus* of his projection together society of the State that ruled for two mandates (1971-1975 and 1987-1991). The text analyzes the extent this way of auto-promotion of himself and of his governmental actions marked his individual trajectory and reverberated on Piauiense historical scene, as we advocate that the study about the actions of one individual only has relevance if they were understand articulated with the historical and social context that permitted him construct himself and act on political field. Therefore, the research appealed to official documents, hemerographical sources and oral reports.

**Keywords:** History. Memory. Policy. Alberto Tavares Silva.

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora-Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora no Programa de História do Brasil e no Departamento de História da UFPI. Coordenadora da área de História Pibid/Capes/UFPI. *E-mail:* cfontinelles@gmail.com.

## Introdução

Estudar Alberto Tavares Silva – uma das principais lideranças políticas do Piauí entre as últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI – é discutir como esse político fez de sua atuação técnica como engenheiro a principal marca de sua trajetória pública, em detrimento de sua atuação política, mesmo que tenha sido no cenário político que conquistou visibilidade para a maioria de suas atuações na sociedade do Piauí. Nesse estado ele governou por dois mandatos – um como governador nomeado pelos governos autoritários (1971-1975); outro como governador eleito pelo voto direto (1987-1991). Durante esse percurso, Alberto Tavares Silva inverteu a pecha negativa de *forasteiro* que lhe foi imposta por seus adversários políticos e a adotou como forma de escrituração de si – ao se autopromover como um técnico que supostamente teria norteadado seu governo a partir de critérios tidos por ele como isentos e afastados da política partidária estadual, algo inverossímil, mas que permeou seus pronunciamentos como homem público.

O texto analisa em que medida isso repercutiu na história e na memória piauienses, por considerar ser possível relacionar os percursos individuais aos sociais. (REVEL, 1998; BORGES, 2001). Sendo assim, o interesse pelo indivíduo Alberto Tavares Silva justifica-se pelas imbricações que isso traz com o cenário histórico-piauiense, no período pesquisado no presente estudo, uma vez que “cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o circunda”. Dito isso, concordamos com a autora de que seja possível “conhecer o social partindo da especificidade irredutível de cada indivíduo”. (PEREIRA, 2000, p. 121).

Para tanto, nesta pesquisa, além dos textos e documentos escritos, recorreremos a relatos orais como fontes históricas, na perspectiva orientada por Paul Thompson, ao defender que “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras”. (THOMPSON, 2002, p. 197). É com o propósito de entender como ocorre essa relação entre subjetividades e objetividades no cenário político piauiense que este texto analisa as maneiras que este gestor adotou autorrecitar suas ações e a si mesmo.

## Nem tão estrangeiro assim

Na perspectiva dos aliados de Alberto Tavares Silva, um dos elementos que relacionaram as suas ações diretamente ao caráter modernizador do Estado do Piauí derivava, inicialmente, do fato de ele não pertencer a grupos majoritários e tradicionais da política local, ao se assumir como *novo* em oposição ao *antigo* no cenário local. Daí o destaque dado à sua figura, até por seus rivais, como um oponente das oligarquias locais, representadas pela família e pelo grupo liderado por Petrônio Portella, como era o caso das “oligarquias Freitas e Gayosos” (SANTOS, 1989, p. 359), para utilizar a expressão formulada por José Lopes dos Santos, de cujo grupo Santos era colaborador e aliado.

O próprio Alberto Tavares Silva afirmava que sua indicação pelos militares ao governo do Piauí, no início da década de 70, teria gerado uma série de reações contrárias entre os grupos dirigentes que governavam o Piauí até então, afirmando, em entrevista concedida no ano de 2006, que “a classe política local fez tudo” (SILVA, 2006) para que ele não assumisse o Executivo piauiense, e que o grupo liderado por Petrônio Portella o via como um forasteiro.

Tal visão embasava-se no fato de que, mesmo sendo piauiense, filho do Município de Parnaíba, tinha construído carreira profissional fora do Piauí – principalmente no Ceará e no Rio de Janeiro – e se formado em Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica em Itajubá, em Minas Gerais, e ocupado, no Rio de Janeiro, a direção da oficina de manutenção dos trens elétricos da Central do Brasil, assim como diferentes cargos no Ceará, como professor na Escola de Engenharia da *Universidade Federal do Ceará* (UFC) e diretor da Companhia de Eletricidade do Ceará (Cenorte). (BASTOS, 1994, p. 537).

Essa trajetória profissional possibilitou a Alberto Tavares Silva construir uma rede de aliados, sobretudo no Ceará, a qual o apoiou bastante em sua trajetória política, inclusive tendo sido por essa rede indicado à chefia do Executivo estadual no Piauí. As fontes consultadas informam que ele recebeu indicação direta dos coronéis Virgílio Távora, César Carlos de Oliveira e Mário Ramos Soares – homens de poder e prestígio aos olhos do comando do Exército nacional, que ocuparam diferentes cargos durante o Regime Militar e que deram o aval ao seu nome para que assumisse o governo piauiense. A força e o prestígio desse grupo eram tão expressivos que, segundo o ex-governador Djalma Veloso – primo e aliado político de Petrônio Portella – esse teve que

aceitar a indicação de seu adversário político ao governo que pretendia assumir porque, na época, “imperava a força dos coronéis” (KRUEL, 2006, p. 407), à qual Portella não podia se opor, restando-lhe apenas a resignação e aceitar a decisão do governo central.<sup>1</sup>

Em relação às forças que apoiaram a nomeação de Alberto Tavares Silva, o jornalista Zózimo Tavares destaca, também, a intervenção favorável do ministro das Minas e Energia, Costa Cavalcante, conhecedor que era da formação acadêmica e dos atributos técnicos do indicado. Esses eminentes apoios, além de demonstrarem a forte rede de relações sedimentada pelo candidato a governador, contribuíram, decisivamente, para que “as elites políticas locais, chefiadas por Petrônio Portella”, aceitassem “a contragosto, a sua nomeação”. (TAVARES, 2000, p. 89). Embora Alberto Silva se apresentasse como um elemento novo na política estadual no ano de 1971, suas atuações políticas advinham de um período bem anterior à sua nomeação ao cargo de governador do estado, como mostra sua eleição em 1948 e em 1954 ao cargo de prefeito de sua cidade natal, Parnaíba, pela União Democrática Nacional (UDN). Foi eleito ainda deputado estadual na eleição de 1950, cargo do qual se afastou apenas para assumir outras funções de direção de órgãos públicos ligados ao transporte coletivo ou ao abastecimento elétrico, áreas associadas à sua atuação como engenheiro.

Apresentamos alguns dos espaços ocupados por Alberto Tavares Silva na política do Piauí, apenas para demonstrar que sua atuação política, no início da década de 70, não era tão inusitada quanto muitos inclusive ele próprio realçam, quando tratam de sua condução pela primeira vez ao comando administrativo do estado e tampouco, que sua rede de aliados era destituída de poderes, embora tivesse um caráter predominantemente exógeno.

A relação contrariedade de Portella à nomeação de Alberto Tavares Silva ao cargo de governador do Piauí, foi realçada pela maioria dos textos que discutem o assunto. A força do pré-candidato e de seus aliados era vista como possível ameaça ao prestígio já consolidado do então senador da República, além de fragilizar o poder desse no cenário local. Todavia, essa oposição interna foi sufocada pela força do grupo político que o indicou, contribuindo para confirmar o poder mantido por esse no governo federal, e a pouca inclinação do modelo político vigente no País a divergências políticas, sobretudo as de caráter interno na aliança Renovadora Nacional (Arena). Esses elementos promoveram a aceitação

do comando político local em relação ao nome do engenheiro parnaibano ao comando político do Piauí.

Essa resignação de Portella, todavia, não significou falta de combatividade nos bastidores dos cenários piauiense e nacional durante seu primeiro mandato. Questionado a respeito de quem liderava a resistência à sua nomeação para o governo do Piauí na década de 70, Alberto Tavares Silva não titubeou ao afirmar:

Bem, como nós estamos falando para a história, e muitas dessas pessoas já não estão mais aqui nesse mundo, e que Deus as guarde, mas o comandante principal era o poderoso ministro Petrônio Portella. Evidentemente, ele era o líder político do Piauí, e eu era o *estrangeiro* que estaria chegando aqui. Possivelmente, a classe política forçou, não digo que fosse ele pessoalmente, mas a classe que o seguia. Me olhavam como um *estrangeiro*, que ia chegar aqui pra fazer o quê? (SILVA, 2006, grifo nosso).

A cautela demonstrada por Alberto Tavares Silva, ao esclarecer que seu depoimento significa estar “falando para a história”, indica o grau de consciência que ele tem acerca dos registros deixados no tempo e do caráter valioso que isso tem na construção da memória e da história de um povo. Isso remete ao que Paul Ricœur denomina de “apoios externos” para a memória, uma vez que, segundo ele, “quando não fazemos mais parte do grupo na memória do qual tal lembrança se conservava, nossa própria memória se esvai por falta de apoios externos”. (RICŒUR, 2007, p. 131). O ex-governador, assim, expressa o desejo de conseguir, com suas declarações, apoios externos para a conservação de sua imagem na memória do Piauí. Mais uma vez, nota-se o desejo de permanecer, de durar, como um dos elementos presentes nesses depoimentos.

Ao procurar fortalecer esses apoios externos para sua memória, Alberto Tavares Silva destaca que era atacado pelas lideranças políticas da época;<sup>2</sup> sendo tratado como um *estrangeiro*, embora fosse piauiense. Com essa declaração, ele sinaliza para a reação contra sua imagem, cuja marca central conforme sua análise era ser inovadora no cenário local; o que era temido pelos grupos que comandavam o cenário político local, a exemplo do grupo liderado pelo senador Petrônio Portella. De acordo com Alberto Tavares Silva, em entrevista ao programa *Jornal do Piauí*, da *TV Cidade Verde*, em 11 de abril de 2008, “Petrônio fez um trabalho

muito grande pra ver se evitava minha nomeação, mas aí o ministro Costa e Cavalcante, que se tornou um aliado meu no período, no Ceará, forçou a barra e eu fui nomeado”. (SILVA, 2008). Por outro lado, o candidato indicado por Portella foi o bacharel em Direito Bernardino Soares Viana, que se tornou seu suplente no Senado Federal, em 1974, assumindo o cargo quando Portella foi nomeado ministro da Justiça, em 1979, o qual foi efetivado em janeiro de 1980, após a morte do titular. A recusa de seu nome contribuiu para atizar as indisposições entre Portella e Alberto Tavares Silva.

Outro nome forte indicado ao governo do Piauí e vencido por Alberto Tavares Silva foi o do Coronel Stanley Fortes Batista. O prestígio desse adversário entre os governos autoritários é observado por alguns dos cargos que ele ocupou, entre os quais o de superintendente-adjunto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o de diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e o de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras. A certeza de sua nomeação ao governo do Piauí, na ocasião, era tamanha que a revista *Veja* dava como certa sua ida para o Executivo desse estado, chegando a informar, em matéria de 1º de abril de 1970 (p. 2), que “o Coronel Stanley Fortes Batista marcou de tal forma sua passagem na administração, que agora está e preparando para assumir o governo do Piauí”.

O embate pela sucessão estadual, dessa forma, não se estabeleceu apenas no cenário interno, nem tampouco se restringiu às forças endógenas, uma vez que houve disputas e intervenções de forças externas para definir quem seria o nomeado. Nessa relação de forças, Silva e seus aliados foram mais convincentes em seus argumentos, ao impedir que os grupos locais majoritários sufocassem sua indicação e impedissem sua nomeação, como ele próprio admitiu.

Ao se referir à resistência ao seu nome por parte de seus adversários, chegou a afirmar que eles pareciam “que tinham um certo receio que eu mudasse as coisas no Piauí e aconteceu que eu mudei mesmo”. (SILVA, 2006). A perspectiva de mudança e, junto com ela a defesa do progresso, voltava a integrar seus depoimentos. Em mais essa oportunidade, fez questão de afirmar que seu governo traduziu-se como símbolo da inovação, fazendo da recitação de seus atos uma inscrição no tempo e na memória, recorrendo ao que Paul Ricœur denominou de “ato de recitar” como suporte de qualquer recordação. (RICŒUR, 2007, p. 77). Se a

recordação carece de recitação para ser despertada, encontrou em Alberto Tavares Silva um veículo incontestado para permanecer alerta e atuante, pois ele não esperava que outros destacassem seus feitos. Ele próprio inaugurou tal atitude e a propagava por onde transitasse. Os textos escritos, os documentos oficiais e os depoimentos orais confirmam isso e fortalecem esse caráter.

### Um engenheiro *na* política

Um elemento marcante que se sobressai nas construções discursivas de Alberto Tavares Silva quanto à sua vida pública é a tentativa de desvincular sua imagem da atuação política, ao mesmo tempo em que dá ênfase aos conhecimentos técnico-científicos de que dispõe na condição de engenheiro. É constante em suas falas acentuar o fato de se considerar um engenheiro na política. Essa afirmação marca a construção narrativa tanto em seus discursos governamentais quanto nos informais, nos quais ele se intitula “um engenheiro na política”, ao procurar desvincular seu perfil da imagem de um político profissional ou tradicional. Mesmo após ter assumido diferentes cargos políticos, prefere ser reconhecido como um engenheiro transitando no espaço da política, realçando apenas suas habilidades técnicas.

Essa postura muito se assemelha à analisada por Michel de Certeau, ao tratar das maneiras como as credibilidades políticas são construídas e ao afirmar que as crenças organizam as práticas. As crenças são entendidas por esse pensador como “o investimento das pessoas em uma proposição” (CERTEAU, 2004, p. 278), ao enunciá-la como verdadeira para convencer o maior número de pessoas a respeito do proposto.

Dessa forma, Alberto Tavares Silva assume, em seu relato, a condição de fiador do que é enunciado, reafirmando sua preferência por ser reconhecido como engenheiro desde que foi nomeado prefeito de Parnaíba pela primeira vez, ainda na década de 1940. A esse respeito, ele declara que, mediante o espanto da vitória naquele pleito e perante a impossibilidade de renunciar, assim decidiu: “Bem, eu não sou político, eu sou um engenheiro, então *eu vou fazer engenharia na política*”. (SILVA, 2006, grifo nosso).

Reafirmou essa postura ao enumerar os sucessivos cargos que ocupara em mandatos no Poder Executivo e no Poder Legislativo, ressaltando seu orgulho pelo ofício profissional escolhido e pelo qual preferia ser reconhecido: “E *até hoje* tem sido assim, *eu não sou um político*, eu sou

um *engenheiro da política*”. (SILVA, 2006). A ênfase em sua formação acadêmica e em sua atuação técnica é marcante em todas as suas formulações discursivas, inscrevendo-se como um técnico antes de qualquer outra dimensão, um técnico na área da engenharia, espaço ao qual demonstrara sempre muito orgulho de pertencer, cujo interesse, segundo ele, surgiu desde pequeno, quando recebeu um brinquedo de presente do marido de sua irmã mais velha, um inglês que o presenteava com *kits* de montagem que o apresentaram ao mundo da engenharia. Esse interesse foi estimulado no contato que manteve com um engenheiro durante a montagem de uma estação de rádio na cidade de Iparaema, quando ainda era adolescente, momento que ele descreve com encantamento: “Aí eu fiquei empolgado, fui olhar de perto os equipamentos, as válvulas, etc., os transformadores e condensadores”. (SILVA, s/d). Daí adveio a decisão de cursar Engenharia na cidade de Itajubá, em Minas Gerais, contrariando o desejo da mãe de que ele seguisse a carreira do pai, um renomado magistrado.

A recusa a qualquer vinculação de seu nome à política profissional permeia todos os seus relatos, instituindo-se como quase impositiva em sua narrativa sobre si. Essa construção discursiva impressiona, sobretudo, pelo fato de, antes mesmo de assumir o governo do estado, em 1971, ele já ter ocupado vários cargos públicos, inclusive cargos eletivos que requeriam sua atuação político-partidária, como o cargo de prefeito da cidade de Parnaíba em duas oportunidades, e a cadeira na Assembleia Legislativa do Piauí, no cargo de deputado estadual, todos pela União Democrática Nacional (UDN), entre as décadas de 1940 e 1950.

Ao chegar ao governo do Piauí, portanto, além de já ter ocupado vários cargos técnicos na função de engenheiro, Alberto Tavares Silva já havia experimentado diferentes oportunidades na vida pública, inclusive em cargos administrativos em esferas estaduais e no âmbito federal. Sua trajetória não permite dizer, portanto, que se tratasse meramente de um engenheiro que fortuitamente tivesse ocupado um cargo político, pois o político, há muito, já se configurara em suas atuações públicas, imbricando-se com elas e com elas se confundindo.

Dessa forma, a política não apenas o circundava, como também atravessava suas atuações sociais, embora, em seus pronunciamentos, ele preferisse dar visibilidade à sua atuação como engenheiro, fazendo crer que lhe agradava bem mais ser lembrado pelas obras de engenharia civil que construiu em seus governos que por qualquer outra dimensão



de sua atuação pública. Ao que parece, ele supunha que ser lembrado por seus conhecimentos técnicos de engenharia, mais do que por sua atuação à frente dos Poderes Legislativo ou Executivo, escudavam-no de críticas e exigências feitas comumente a políticos, além de indicar um desprendimento de interesses, ornando ainda mais suas ações e atraindo aplausos para elas, como se assumisse a postura imparcial do conhecimento técnico do qual era representante, naquilo que Bruno Latour (1994) denominou de postura asséptica do conhecimento científico.

Ao que tudo indicam as fontes históricas consultadas neste estudo, essa pretensão logrou êxito, pois, na maioria delas, esse político é lembrado inicialmente por suas iniciativas de construção de obras públicas de grande monta geralmente, tendo ganhado notoriedade mais por suas obras de construção civil do que por qualquer outra atuação pública. O que bem-ilustra isso é o tratamento atribuído a esse homem público pelos meios de comunicação piauienses, que, frequentemente, se referem a ele como o “engenheiro dos sonhos”<sup>3</sup> ou algo semelhante.

A despeito do que era relatado nas declarações desse político, que fazia questão de recusar ser reconhecido pelo título de político em favor do de engenheiro, sua atuação política foi intensa e consta entre as mais proeminentes do cenário piauiense durante o século XX e início do século XXI.

Além dos cargos políticos já referidos, ele ainda assumiu uma cadeira no Senado da República, pela legenda da Arena, entre 1979 e 1987, e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e governou o Piauí pelo voto direto, entre os anos de 1987 e 1991, além de assumir o cargo de deputado federal, entre 1995 e 1998, e o de senador da República, entre 1999 e 2006, voltando, novamente, a ser eleito ao cargo de deputado federal em 2006 – lá permanecendo até o ano de 2009 – ano de sua morte; fora os vários cargos de prestígio que ocupou nas administrações estadual e federal. Ainda assim, preferia afirmar, em seus depoimentos, que não se considerava um político, mas um “engenheiro *na* política”.

Isso é entendido em nossa pesquisa como uma das “táticas de fazer crer” (CERTEAU, 2004, p. 285) adotadas pelo político parnaibano, pois põe em evidência o quanto o discurso de Alberto Tavares Silva demonstra sua preferência por construir uma memória em torno de si como um construtor, um empreendedor, que, embora estivesse na vida política,

considerava-se um técnico na arte de erigir obras, de promover ações de infraestrutura. Essas obras transitavam entre as referentes a transporte público, hospitais, escolas e até a espaços desportivos, entre tantos outros, mas também tratavam das reformulações administrativas, do funcionamento dos órgãos públicos; em suma, do ordenamento institucional do estado.

Essas formulações reforçam sua imagem como agente promotor do desenvolvimento do Piauí, pois a sua desvinculação da política o credenciava a ampliar o apoio recebido da população em uma época em que as lideranças políticas eram vistas com desconfiança ou com temor por uma parcela da sociedade. Mas essa proposta não o imunizou de acusações. Seus críticos chegaram a provocá-lo, afirmando que ele não conseguia se aproximar da população piauiense durante a década de 70, por ter sido acusado de desconhecer o cenário local, haja vista sua longa permanência no Ceará, antes de ocupar o governo do estado. Um dos jornais locais chegou a sugerir, no início de seu mandato, que ele procurasse uma forma de aproximação com a sociedade: “O sr. Alberto Tavares Silva pode chegar ao povo. É urgente, contudo, que mude a linguagem e fale aquilo que a comunidade espera ouvir”. (A HORA, 1971, p. 4). O periódico o acusava de distanciamento, mas não explicitava o que seria esse algo que obstruía o processo de comunicação com a população. Mais uma vez, a pecha de estrangeiro rondava as desconfianças em relação à sua administração.

Contrariando ou respondendo às provocações de seus críticos, que declaravam ser ele incapaz de construir uma linguagem acessível ao povo, Alberto Tavares Silva criara diferentes maneiras de se inserir no seio piauiense, ao se inscrever no cenário local com significativa expressão política e com eminente popularidade, como denotam as fontes consultadas.

Consonante isso, é possível afirmar que Alberto Tavares Silva não esperou que os historiadores construíssem “túmulos escriturários” para si para utilizar uma expressão cara a Paul Ricœur (2007, p. 396) e a Michel de Certeau (2000), mas ele próprio preferiu escriturar suas ações, ao estabelecer o vínculo entre o presente que conta e o passado que é contado, delimitando esses registros mediante os filtros do presente. Esses, ao mesmo tempo que expressam uma luta por sobreviver e durar na memória coletiva, imprimem seu desejo de prolongar, no presente, um passado indestrutível ou que, assim, queria que se acreditasse e que se propagasse.

Indestrutível, dessa forma, pretendia que fosse a imagem construída a respeito de seu caráter empreendedor, desejando atingir o que Santo Agostinho denominou de “palácios da memória”. Segundo esse pensador, obtém-se conhecimento a partir do que se recorda, do que seria aprendido “ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem”. (AGOSTINHO, 1996, p. 268). Esses testemunhos que Alberto Tavares Silva e seus aliados não se furtavam de elaborar, forneciam matéria-prima para a construção desses palácios na memória piauiense.

Esses palácios da memória inspiraram a construção de diferentes obras em seus governos, entre as quais até mesmo palácios físicos, a exemplo da reforma do Palácio de Karnak e da construção do Palácio de Justiça, além de tantas outras que, mesmo não tendo formas de palácio, assumiram essa função na memória reivindicada por Alberto Tavares Silva ou por aqueles que passaram a elogiá-lo por essas iniciativas, conservando sua permanência no tempo, como ele tanto almejava e para o qual tanto esforço empreendeu. Segundo os quais obtehomos os palmagem construiu se quer preservar ou evidenciar, para que ecoe no presente, ou sobre o passado

Ao elaborar esses discursos ao mesmo tempo que desejava construir um testemunho confiável a partir do qual outras pessoas pudessem formular suas impressões acerca de seu governo, Alberto Tavares Silva assumira uma postura de engenheiro *na e da* política, atuando, portanto, na função de personagem da trama, mas também de condutor, ou melhor, de construtor dessa trama.

Atuante personagem da vida política no Piauí, inscrevera-se decisivamente nela; compôs, com sua presença, enredos variados; cartografara-a com sua atuação e, ao fazer isso, engendrou condutas, estabeleceu espaços de luta, criou ritos e interditos, interferiu nas relações sociais, teceu fios pelos quais alegara construir uma identidade para o Piauí e, nessa operação, inventara a si mesmo na configuração histórica em apreço. Com isso, mapeou sua trajetória, delineou seus passos e, ao estimular aplausos para o Piauí, atraiu-os e os direcionou também para si.

Nessa perspectiva, essa memória de Alberto Tavares Silva como modernizador do Piauí apresenta as interfaces e as fronteiras entre a memória coletiva e a memória individual, pois, como enuncia Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva extrai sua força e duração do suporte, conseguido com o grupo, mas esse autor esclarece também que

são os indivíduos que se lembram enquanto são membros do grupo, ao revelar a relação de interdependência entre esses elementos.

Assim, é possível afirmar que, nas declarações de Alberto Tavares Silva, encontra-se um indivíduo que pronuncia seus feitos, mas também há uma sociedade que aceita, legítima e propaga tal pronunciamento e o intensifica, representificando-o. (CATROGA, 2009). A sedução é mútua. O encantamento semeado gera e colhe seus frutos, a exemplo do que afirma Genoveva Moraes – filha do ex-governador Eurípedes de Aguiar e chefe do cerimonial em diferentes governos estaduais, conhecedora, portanto, dos bastidores do poder político – que, ao se referir ao governo de Alberto Tavares Silva, o define como um verdadeiro “tocador de obras”. (MORAES, 2008).

“Modernizador do Piauí” é o que se ouve ou se lê na maioria das fontes pesquisadas, quando o nome de Alberto Tavares Silva é mencionado. De substantivo próprio, esse nome tornou-se adjetivo e sinônimo de empreendedorismo. Esse movimento de adjetivação expressa bem a força de tal personagem na memória local, sobretudo quando se ressalta um ponto: os feitos realizados durante seu governo na década de 1970.

É necessário reconhecer que a valorização das atuações técnicas no cenário político-administrativo não era exclusividade de Alberto Tavares Silva, haja vista que estava situada em uma configuração histórica favorável ao seu aparecimento e à sua propagação, daí a importância atribuída à atuação desse governador como engenheiro, reduzindo suas nuances políticas. O período no qual ele assumiu o Executivo do Piauí, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, havia uma preferência declarada do projeto político no poder por tecnocratas, o que influenciava a escolha de homens com competências técnicas para assumirem os governos estaduais no mandato de 1971 a 1975.

Em relação a essa questão, o *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, elaborado pelo Centro de Pesquisa Documental da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), confirma que o governo de Emílio G. Médici priorizou o caráter técnico na indicação dos novos governadores. Referindo-se a informações obtidas pelo jornalista Carlos Castelo Branco, o referido dicionário informa que os governadores que iniciaram seu mandato em 1971 foram escolhidos entre os “homens de confiança do sistema revolucionário”, uma vez que o presidente de então preferia o

“apolítico, o técnico”, dentro de uma linha denominada pelo jornalista de “militarismo tecnocrático”. (DIAS, 2008, p. 3).

Esse também foi o motivo indicado para justificar a não efetivação pelo governo federal do General Stanley Fortes Batista à frente do governo do estado, como o esperado e divulgado na imprensa nacional do período, uma vez que, “cotado para assumir o governo do Piauí foi preterido em favor de Alberto Silva, por ser militar da ativa segundo critérios estabelecidos por Brasília” (VEJA, 2009).<sup>4</sup>

Essa valorização do caráter técnico pelo governo Médici já vinha sendo demonstrada desde a escolha do seu Ministério, em 1969, quando priorizou tecnocratas em detrimento de políticos com carreiras já consolidadas. A esse respeito, o pesquisador Thomas Skidmore esclarece que o governo Médici comemorava o fato de priorizar a postura “não política” (2004, p. 213), ao escolher seus assessores, defendendo que seu governo não sucumbia às pressões de ordem política, militar e/ou econômica. Por isso, implantou uma estrutura de governo em cujo seio “o elo mais importante era a aliança militar-tecnocrática”. (SKIDMORE, 2004, p. 217).

Muitos justificam essa restrição à atuação política dos militares durante o governo Médici ao suposto temor do comando político do País em relação à quebra da hierarquia dentro da corporação, o que poderia implicar fragmentações perigosas que pudessem pôr em risco os rumos dos projetos autoritários, então em vigor, no cenário brasileiro, como salienta Marly Motta – citada pelo jornalista Zózimo Tavares, ao comparar os critérios adotados por Ernesto Geisel, na escolha dos governadores de estado, com os adotados por seu antecessor:

Essa seleção dos executivos estaduais se apresentava como a oportunidade primeira de prestigiar a Arena, já que, ao contrário de Médici, que dera preferência a elementos oriundos da área técnica, Geisel preferia quadros vinculados ao partido governista e com experiência política. (MOTTA apud TAVARES, 2012, p. 115).

Alberto Tavares Silva, portanto, não representava uma variação no enredo proposto para a sucessão estadual, em 1970, pelo governo federal; muito pelo contrário, inseria-se muito bem no perfil traçado por esse, em virtude de seus atributos técnicos, que o credenciavam ao cargo. Mas, ao invés de apenas submeter-se ao critério estabelecido pela escolha

de então, transformou-o em sua principal bandeira ao longo de seu percurso político. O conhecimento técnico e o caráter empreendedor de seu primeiro governo tornaram-se a marca do seu longo histórico político. O *engenheiro na política* ganhou visibilidade e passou a ser um atributo reivindicado por ele após décadas de atuação efetiva nos cenários políticos piauiense e nacional. Mais uma vez, aproveitara as circunstâncias promovidas pela ocasião vivida para promover sua trampolinagem (CERTEAU, 2004) e conquistar mais adeptos.

O “empreendedor”, o “homem técnico”, o “engenheiro” foram expressões reivindicadas em todas as suas ações e, principalmente, em todos os seus depoimentos, ou até mesmo nas referências feitas sobre ele por terceiros. O que era uma exigência para assumir cargos administrativos no País, na primeira metade da década de 70, tornou-se a principal característica destacada em seu perfil. Mais do que político, inscreveu-se na memória piauiense como o *engenheiro*<sup>5</sup> que foi seduzido pela vida política, e foi desse contexto que formulou seus posicionamentos e atacou críticas e elogios. Fez desse discurso seu elmo e sua armadura, a partir dos quais enfrentou os desafios, cavalcando no cavalo alado do empreendedorismo que lhe foi emprestado pelos governos militares na década de 70, e do qual recusava-se a desmontar, mesmo após a destituição desses do comando político do País.

Nele, ora cavalgava, ora sobrevoava a realidade piauiense. Mas também foi dele que levara alguns tombos que marcaram sua vida, pelo fato de, muitas vezes, não ter sabido conduzi-lo, pretendendo levá-lo em trajetos desconhecidos ou nos quais não obtivera autorização para montá-lo, o que lhe gerou alguns inconvenientes e graves problemas à sociedade por ele administrada; a exemplo dos desgastes gerados na segunda oportunidade em que administrou o Piauí (1987-1991), período marcado por uma convulsão político-administrativa no estado, responsável por atrasos de até quatro meses no pagamento de fornecedores e dos funcionários públicos, o que implicou a queda do prestígio político que gozava na sociedade.

Nessas oportunidades, o escudo do desenvolvimento gerado na década de 70 voltava a funcionar para protegê-lo e revesti-lo com o manto da proteção da memória, absolvendo-o ou, ao menos, atenuando as dores das quedas, posto que também parecia ter as mesmas repercussões sobre a população, que, geralmente, tem contemplado tais feitos com um misto de admiração e de repreensão, ao amortecer suas dores com as realizações do período, mesmo em oportunidades nas quais

os tombos foram o reflexo não da condução do alazão do progresso, mas dos descaminhos gerados pela sua má-condução no percurso ou pelos maus-tratos a ele dispensados.

## Notas

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que, embora Petrônio Portella gozasse de muito prestígio por parte dos governos militares na década de 70, durante o governo de Emílio Médici, isso não foi suficiente para permitir que indicasse o nome do governador do Piauí em 1970. A indicação de Alberto Tavares Silva advinha de forças externas aos Poderes Políticos tradicionais do Piauí, a exemplo do que ocorrera nas nomeações de Landri Sales Gonçalves (interventor federal entre 1931 e 1935) e de Leônidas de Castro Mello (interventor federal entre 1935 e 1945), durante o governo varguista. Já na sucessão estadual de 1974, sua influência no governo Ernesto Geisel não apenas lhe permitira indicar o nome do governador do Piauí como o alçara à condição de coordenador da “Missão Portella”, responsável pela escolha dos governadores em outros estados, indicando o crescimento de seu prestígio político na esfera federal. (BASTOS, 1994).

<sup>2</sup> É importante esclarecer que, por “líderes políticos da época”, entende-se, aqui, sobretudo, o grupo ligado a Petrônio Portella, pois Alberto Tavares Silva contava com o apoio de lideranças políticas do norte do estado e radicadas em outras entidades federativas.

<sup>3</sup> Frase inúmeras vezes repetida pelo apresentador Silas Freire, em seu programa

*Agora*, do Sistema Meio Norte de Comunicações, no dia 28 de setembro de 2009, dia do falecimento de Alberto Tavares Silva. A programação foi inteiramente dedicada à cobertura do velório do deputado federal, como homenagem à sua trajetória política. Essa expressão foi repetida por diferentes meios de comunicação nessa mesma ocasião e em *outdoors* em sua homenagem, divulgados pelo PMDB em espaços públicos em Teresina.

<sup>4</sup> É importante lembrar que a revista *Veja* informava isso como certo em matéria de 1º de abril de 1970. Ver ainda: WIKIPÉDIA. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Stanley\\_Batista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Stanley_Batista)>. Acesso em: 19 nov. 2009.

<sup>5</sup> A valorização das habilidades técnicas em cargos públicos advém de outros momentos da história brasileira. Na organização dos cargos burocráticos durante o século XIX, foi fundamental a atuação de bacharéis em Direito; o projeto republicano, nas primeiras décadas de sua implantação, manteve essa tradição e incorporou os médicos, sobretudo os higienistas, e os engenheiros, para proceder à implantação da modernização dos centros urbanos. (CARVALHO, 2003; SEVCENKO, 1992; PESAVENTO, 1999; REZENDE, 1997).

## Referências

---

- A HORA, Teresina, 8 out. 1971.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BORGES, Vavy P. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brunesieler: uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. p. 287-312.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e o fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- DIAS, Sônia. Médici. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. CPDOC; Ed. da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/)>. Acesso em: 17 maio 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Halley, 2006.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1994.
- MORAES, Genoveva Aguiar. *Genoveva Aguiar Moraes: depoimento* [15 ago. 2008]. Entrevistadora: Cláudia Cristina da Silva Fontineles. Teresina. 2008. 1 arquivo .mp3 (60 min).
- MOTTA, Marly apud TAVARES, Zózimo. *Petrônio Portella: uma biografia*. Ed. do autor, 2012. p. 115.
- PEREIRA, Lígia M. L. Reflexões sobre história de vida, biografia e autobiografia. *História Oral* – Revista Brasileira de História Oral São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n. 3, jun. 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRG, 1999.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.
- REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe, 1997.
- RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- SANTOS, José Lopes dos. *Piauí: a força do poder municipal*. Teresina: Mendes, 1989. v. II.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Alberto Tavares. *Alberto Tavares Silva: depoimento* 93 out. 2006]. Entrevistadora: Cláudia Cristina da Silva



- Fontineles. Teresina. 2006. 4 arquivos .mp3 (240 min).
- SILVA, Alberto Tavares. *Alberto Tavares Silva*: depoimento [11 fev. 2007]. Entrevistador: Otávio Scofano. Itajubá, MG: Programa Itajubá em foco. 2007. 1 arquivo .mp4 (8:23min).
- SILVA, Alberto Tavares. *Alberto Tavares Silva*: depoimento [11 abr. 2008]. Entrevistador: Elivaldo Barbosa. Teresina: Jornal do Piauí (TV Cidade Verde), 2008. 1 arquivo .mp4 (10:43min).
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 8. ed. Trad. de Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século XX*. 3. ed. Teresina: Halley, 2000.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- OS MILITARES: teoria e prática do poder. *Veja*, 1º abr. 1970.